

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.646 - GO (2018/0290394-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP156187
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - GO042915
AGRAVADO : MARIA APARECIDA ALVES DOS ANJOS NUNES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO PAN S/A contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 108):

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA. BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI 911/1969. MANUTENÇÃO DO VEÍCULO NA COMARCA E PRAZO PARA RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM CASO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO. PROPORCIONALIDADE.

1 - É possível, ao devedor, nos cinco dias seguintes à efetivação da liminar, a quitação integral da dívida objeto do contrato, podendo, nesse período, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ser mantido o veículo na comarca e, havendo adimplemento da dívida, ser o bem restituído em prazo coerente; até porque, da literalidade do § 2º do art. 3º do Decreto-Lei 911/1969, a devolução deve ocorrer imediatamente.

2 - Desde que em patamar razoável e proporcional, o ordenamento processual civil autoriza, ao julgador, o arbitramento de multa para o caso de descumprimento da determinação judicial.

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões de recurso especial, alega o agravante violação dos arts. 218, § 1º, 461, § 1º, 497 e 537, § 1º, I, do Código de Processo Civil/2015.

Sustenta que o prazo para a restituição do bem ao recorrido, em caso de purga da mora, foi exíguo, pois fixado em 24h (vinte e quatro horas), sob pena de multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Busca o afastamento ou redução da multa aplicada por descumprimento da obrigação sob o fundamento de ser desnecessária e excessiva, sem nenhuma limitação.

Aduz a impossibilidade da aplicação de multa diária.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 146).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 149-150 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fls. 156-157).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Verifico que o acórdão recorrido negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela instituição financeira agravante, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 110-112):

Ora, de antemão, importante destacar que é muito remota a ocorrência de adimplemento da quantia devida no prazo legal, após cumprida a busca e apreensão.

Além disso, havendo o pagamento ou não, mostra-se proporcional, razoável e lógica a manutenção do veículo na comarca durante o prazo para quitação da dívida, o que facilitará, havendo o adimplemento, a devolução, pela instituição financeira, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

A propósito, o Decreto-lei 911/1969, em seus §§ 1º e 2º do art. 3º, preconiza que somente após cinco dias da execução da liminar é que a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem consolidar-se-ão no patrimônio do credor fiduciário.

Inclusive, do § 2º do art. 3º do Decreto-lei 911/1969 extrai-se a regra de que, paga a integralidade da dívida pendente, “o bem lhe será restituído livre de ônus”, ou seja, imediatamente.

O prazo fixado na decisão tem o condão, ao contrário das alegações do agravante, de também beneficiar a instituição financeira com um período de segurança para cumprimento do seu dever legal de restituição do veículo.

Na situação em testilha, deve-se atentar para a

prevalência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porquanto, apesar de ser bastante frequente, quando o bem é apreendido, que a parte devedora não quite o contrato, existe, por outro lado, hipótese, em consonância com a lei, que apesar de não ser atualmente a regra cotidiana, o devedor providencia a quitação integral da dívida. E se isso é permitido pelo Decreto-lei 911/1969, é porque à parte devedora também é dada a oportunidade de participar ativamente da demanda, quitando e/ou contestando a pretensão da parte credora e, na hipótese de quitação, receber o bem em determinado prazo.

Ademais, depois de escoado o quinquídio, a instituição financeira terá a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem. Ou seja, essa “espera” pelo transcurso do prazo legal para quitação da dívida não mostra-se desarrazoada.

(...)

Por outro lado, ainda sob o manto dos princípios mencionados, bem como da jurisprudência acima carreada, resta hialino que a multa diária, fixada no importe de R\$ 100,00 (cem reais), não é arbitrária ou abusiva, devendo, desse modo, ser mantida, precipuamente diante do amplo poder econômico da parte agravante. Além disso, a multa somente incidirá se descumprida a ordem judicial quanto à devolução do veículo apreendido, mas isto ocorrerá na remota hipótese de pagamento integral da dívida.

Finalmente, a parte agravante sequer demonstra a impossibilidade de manter o veículo na comarca para que a tese de inviabilidade da medida possa ser acolhida.

Verifico, primeiramente, que não merecem acolhimento os argumentos do agravante acerca da impossibilidade da aplicação de multa diária, em razão de não terem sido indicados os dispositivos de lei federal que teriam sido violados pelo acórdão recorrido. Deficiente a fundamentação e prejudicada a controvérsia, é inviável o recurso especial.

Aplica-se, no ponto, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AO DECRETO Nº 20.910/32. SÚMULA 284 DO STF. VIOLAÇÃO AO ART. 206, § 3º, III, DO CÓDIGO CIVIL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO

PARCIAL DOS JUROS. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF.

2. O acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ no sentido de que a obrigação acessória segue o prazo prescricional da obrigação principal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.316.580/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018.)

Ademais, o acórdão recorrido negou provimento ao agravo de instrumento, sob o argumento de que "a parte agravante sequer demonstra a impossibilidade de manter o veículo na comarca para que a tese de inviabilidade da medida possa ser acolhida" (e-STJ, fl. 112), fundamento não atacado no recurso especial, o que faz incidir o óbice contido na Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. APLICAÇÃO EM FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA. BANCO SANTOS. DESVALORIZAÇÃO EXCESSIVA E REPENTINA. PERDA DE CAPITAL. RESPONSABILIDADE RECONHECIDA. RECURSO DE APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. SÚMULAS 283 DO STF E 7 DO STJ. HONORÁRIOS. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, qual seja, a tempestividade da apelação, devido a ausência de duplicidade de intimações, situação apta a atrair o óbice da Súmula nº 283/STF. Além disso, a reforma do julgado estadual demandaria reexame de provas. Incidência da Súmula 7 do STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.312.916/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE

SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 16/10/2018.)

Anoto, quanto à revisão pretendida pela instituição financeira agravante, que a jurisprudência desta Corte Superior tem entendido ser possível, de ofício ou a requerimento da parte, a redução de multa diária imposta para o caso de descumprimento de decisão judicial, quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, podendo gerar enriquecimento indevido. Tal redução, ademais, pode ocorrer a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da condenação.

O pedido de redução do valor da multa diária, fixada no importe de R\$ 100,00 (cem reais), aplicada como meio coercitivo para o cumprimento da ordem judicial e mantida pelo Tribunal de origem, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, e só pode ser examinado nesta Corte nos casos em que a aludida multa se mostrar irrisória ou exorbitante, o que não se verifica na hipótese dos autos.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. BUSCA E APREENSÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 3º, § 2º, DO DECRETO LEI 911/69. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESCUMPRIMENTO DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. OFENSA AO ART. 461 DO CPC/73. ASTREINTE. REVISÃO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Relativamente à violação do art. 3º, § 2º, do Decreto-lei 911/69, a decisão agravada fundamentou-se nas Súmulas nºs 7 do STJ e 283 e 284 do STF, e, contudo, a petição de agravo interno não refutou a

incidência das Súmulas nºs 283 e 284 do STF, o que impede, no ponto, o conhecimento do inconformismo recursal nos termos da Súmula nº 182 do STJ e do art. 1.021, § 1º, do NCPC.

3. Nos termos do art. 461, § 6º, do CPC/73, é possível a alteração do valor da multa imposta para cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer quando este se revela insuficiente ou excessivo. No caso da lide, não se verifica a necessidade de revisão, pois a fixação da multa diária em R\$ 500,00 (quinhentos reais) está de acordo com o porte financeiro da recorrente, e não denota disparidade com a importância do bem apreendido.

4. O valor total fixado a título de astreinte somente poderá ser objeto de redução se fixada a multa diária em valor desproporcional e não razoável à própria prestação que ela objetiva compelir o devedor a cumprir, nunca em razão do simples valor total da dívida, mera decorrência da demora e inércia do próprio devedor (REsp n. 1.475.157/SC).

5. Agravo interno parcialmente conhecido, e nessa parte, não provido.

(AgInt no REsp 1.594.282/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 26/6/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PURGAÇÃO DA MORA - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - ÓBICE DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ - OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA CERTA - MULTA DIÁRIA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO - CABIMENTO - PRECEDENTES - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA/STJ - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - AGRAVO IMPROVIDO.

(AgRg no Ag 1.094.286/DF, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 16/12/2008.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de

honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

